

# A desmoralização social da carreira docente

## *The social demoralization of the teaching career*

Valerio Arcary

Professor do Instituto Federal de Educação,  
Ciência e Tecnologia (IF/SP),  
Doutor em História – USP.  
São Paulo – SP [Brasil]  
arcary@uol.com.br

### Resumo

Entre os muitos processos que explicam a decadência do ensino público, um dos mais significativos foi a queda do salário médio docente, a partir, sobretudo, dos anos oitenta, quando a hiper-inflação teve um efeito devastador sobre os salários. Tão grande foi a queda do salário dos professores que, em 2008, como medida de emergência, foi criado um piso nacional, ou seja, um valor mínimo. Os professores das escolas públicas passaram a ter a garantia de não ganhar abaixo de R\$ 1.187,97, em 2011, somados aí o vencimento básico (salário) e as gratificações e vantagens para um contrato de 40hs semanais. Se considerarmos como referência o rendimento médio real dos trabalhadores, apurado em dezembro de 2010, o valor foi de R\$ 1.515,10. Em outras palavras, o piso nacional é significativamente inferior ao salário médio nas seis principais regiões metropolitanas, apesar da exigência mínima de uma escolaridade que precisa ser, no mínimo, o dobro da escolaridade média nacional em 2010, de sete anos e três meses, para a população de quinze anos ou mais. Ainda assim, a lei do piso foi questionada por governadores de cinco estados – Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e Ceará – que pagam valores abaixo do piso nacional.

**Palavras chave:** piso nacional dos professores, salário médio, escolaridade média, crise da educação pública, desmoralização social docente

### Abstract

Among the many processes that explain the decline of public education, one of the most significant was the fall in the average teacher salary, especially since the eighties, when hyperinflation had a devastating effect on wages. So great was the fall of teachers' salaries in 2008 that, as an emergency measure, was created a national ground, or a minimum value. Teachers in public schools now have guaranteed not to earn less than R\$ 1,187.97 in 2011, considered the basic salary and the benefits for contracts of 40hs a week. If we take as reference the average real income of workers, determined in December 2010, the value was R \$ 1,515.10. In other words, the teachers ground is significantly lower than the national average salary in the six major metropolitan areas, despite the minimum requirement of an education that needs to be at least the double of national average schooling in 2010, seven years and three months to the population of fifteen years or more. Nevertheless, the law of the teachers national ground was questioned by governors of five states - Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Parana, Mato Grosso do Sul and Ceará - that pay below the national floor.

**Key words:** national teachers wage, average salary, average education, crisis of public education, teachers social demoralization.

Mais valem lágrimas de derrota do que  
a vergonha de não ter lutado.  
(Sabedoria popular brasileira)

Qualquer avaliação honesta da situação das redes de ensino público estadual e municipal revela que a educação contemporânea no Brasil, infelizmente, não é satisfatória. Mesmo procurando encarar a situação dramática com a máxima sobriedade, é incontornável verificar que o quadro é desolador. A escolaridade média da população com 15 anos ou mais permanece inferior a oito anos, e é de quatro entre os 20% mais pobres, porém, é superior a dez entre os 20% mais ricos<sup>1</sup>. É verdade que o Brasil, em 1980, era um país culturalmente primitivo que recém completava a transição histórica de uma sociedade rural. Mas, ainda assim, em 30 anos avançamos apenas três anos na escolaridade média.

São muitos, felizmente, os indicadores disponíveis para aferir a realidade educacional. Reconhecer as dificuldades tais como elas são é um primeiro passo para poder ter um diagnóstico aproximativo. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), por exemplo, realiza uma pesquisa que enfoca as habilidades dominadas pelos alunos de 15 anos, o que corresponde aos oitos anos do Ensino Fundamental<sup>2</sup>. O Programa Internacional de avaliação de Estudantes (Pisa) é um projeto de avaliação comparada. As informações são oficiais porque são os governos que devem oferecer os dados. A pesquisa considera os países membros da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE) além da Argentina, Colômbia e Uruguai, entre outros, somando 57 países.

Em uma avaliação realizada pela Unesco, em 2006, considerando as áreas de Leitura, Matemática e Ciências, o Brasil apresentou desempenho muito abaixo da média<sup>3</sup>. No caso de Ciências, o Brasil teve mais de 40% dos estudantes situados no nível mais baixo de desempenho. Em Matemática, a posição do Brasil foi muito desfavorável, equiparando-se a da Colômbia e sendo melhor, apenas, que a da Tunísia ou a do Quirguistão. Em leitura, 40% dos estudantes avaliados no Brasil, assim como na Indonésia, México e Tailândia, mostram níveis de letramento equivalentes aos alunos que se encontram no meio da educação primária, nos países da OCDE. Ficamos entre os dez países com pior desempenho.

As razões identificadas para esta crise são variadas. É verdade que problemas complexos têm muitas determinações. Entre os muitos processos que explicam a

decadência do ensino público, um dos mais significativos, senão o mais devastador, foi a queda do salário médio docente a partir, sobretudo, dos anos 1980. Tão grande foi a queda do salário dos professores que, em 2008, como medida de emergência, foi criado um piso nacional. Os professores das escolas públicas passaram a ter a garantia de não ganhar abaixo de R\$ 950,00, somados aí o vencimento básico (salário) e as gratificações e vantagens. Se considerarmos como referência o rendimento médio real dos trabalhadores, apurado em dezembro de 2010, o valor foi de R\$ 1.515,10<sup>4</sup>. Em outras palavras, o piso nacional é inferior, apesar da exigência mínima de uma escolaridade que precisa ser o dobro da escolaridade média nacional.

Já o salário médio nacional dos professores iniciantes na carreira com licenciatura plena e jornada de 40 horas semanais, incluindo as gratificações, antes dos descontos, foi R\$ 1.777,66 nas redes estaduais de ensino no início de 2010, segundo o Ministério da Educação. Importante considerar que o ensino primário foi municipalizado e incontáveis prefeituras remuneraram muito menos. O melhor salário foi o do Distrito Federal, R\$ 3.227,87. O do Rio Grande do Sul foi o quinto pior, R\$ 1.269,56<sup>5</sup>. Pior que o Rio Grande do Sul estão somente a Paraíba com R\$ 1.243,09, o Rio Grande do Norte com R\$ 1.157,33, Goiás com R\$ 1.084,00 e, o lanterninha, Pernambuco com R\$ 1016,00. A pior média salarial do país corresponde, surpreendentemente, à Região Sul: R\$ 1.477,28. No Nordeste era de R\$ 1.560,73. No Centro-Oeste de R\$ 2.235,59. No Norte de R\$ 2.109,68. No Sudeste de R\$ 1.697,41.

A média nacional estabelece o salário docente das redes estaduais em três salários mínimos e meio para contrato de 40 horas. Trinta anos atrás ainda era possível, em alguns Estados, ingressar na carreira com salário equivalente a dez salários mínimos. Se fizermos comparações com os salários docentes de países em estágio de desenvolvimento equivalente ao brasileiro, as conclusões serão igualmente escandalosas. Quando examinados os salários dos professores do Ensino Médio, em estudo da Unesco, sobre 31 países, há somente sete que pagam salários mais baixos do que o Brasil, em um total de 38<sup>6</sup>. Não deveria, portanto, surpreender ninguém que os professores se vejam obrigados a cumprir jornadas de trabalho esmagadoras, e que a overdose de trabalho comprometa o ensino e destrua a sua saúde.

O que é a degradação social de uma categoria? Na história do capitalismo, várias categorias passaram em diferentes momentos por elevação do seu estatuto

profissional ou por destruição. Houve uma época no Brasil em que os “reis” da classe operária eram os ferramenteiros: nada tinha maior dignidade, porque eram aqueles que dominavam plenamente o trabalho no metal, conseguiam manipular as ferramentas mais complexas e consertar as máquinas. Séculos antes, na Europa, foram os marceneiros, os tapeceiros e, na maioria das sociedades, os mineiros, os bem pagos. Houve períodos históricos na Inglaterra – porque a aristocracia era pomposa – em que os alfaiates foram excepcionalmente bem remunerados. Na França, segundo alguns historiadores, os cozinheiros. Houve fases do capitalismo em que o estatuto do trabalho manual, associado a certas profissões, foi maior ou menor.

A carreira docente mergulhou nos últimos 25 anos numa profunda ruína. Há, com razão, um ressentimento social mais do que justo entre os professores. A escola pública entrou em decadência e a profissão foi, economicamente desmoralizada, e socialmente desqualificada, inclusive, diante dos estudantes.

Os professores foram rebaixados diante da sociedade. O sindicalismo dos professores, uma das categorias mais organizadas e combativas, foi construído como resistência a essa destruição das condições materiais de vida. Reduzidos às condições de penúria, os professores se sentem vexados. Este processo foi uma das expressões da crise crônica do capitalismo. Depois do esgotamento da ditadura, simultaneamente à construção do regime democrático liberal, o capitalismo brasileiro parou de crescer, mergulhou numa longa estagnação. O Estado passou a ser, em primeiríssimo lugar, um instrumento para a acumulação de capital rentista. Isso significa que os serviços públicos foram completamente desqualificados.

Dentro dos serviços públicos, contudo, há diferenças de grau. As proporções têm importância: a segurança pública está ameaçada e a justiça continua muito lenta e inacessível, mas o Estado não deixou de construir mais e mais presídios, nem os salários do judiciário se desvalorizaram como os da educação; a saúde pública está em crise, mas isso não impediu que programas importantes, e relativamente caros, como variadas campanhas de vacinação ou até a distribuição do coquetel para os soropositivos de HIV, fossem preservados. Entre todos os serviços, o mais vulnerável foi a educação, porque a sua privatização foi devastadora. Isso levou os professores a procurarem mecanismos de luta individual e coletiva para sobreviverem.

Há formas mais organizadas de resistência, como as greves, e formas mais atomizadas, como a abstenção ao trabalho. Não é um exagero dizer que o mo-

vimento sindical dos professores ensaiou quase todos os tipos de greves possíveis. Greves com e sem reposição de aulas. Greves de um dia e greves de duas, dez, quatorze, até vinte semanas. Greves com ocupação de prédios públicos. Greves com marchas.

Conhecemos, também, muitas e variadas formas de resistência individual: a migração das capitais dos Estados para o interior onde a vida é mais barata; os cursos de administração escolar para concursos de diretor e supervisor; transferências para outras funções, como cargos em delegacias de ensino e bibliotecas. E, também, a ausência. Tivemos taxas de absenteísmo, de falta ao trabalho, em alguns anos, inverossímeis.

Não obstante as desmoralizações individuais, o mais impressionante, se considerarmos futuro da educação brasileira, é valente resistência dos professores com suas lutas coletivas. Foram e permanecem uma inspiração para o povo brasileiro.

## Notas

- 1 Os dados sobre desigualdades sociais em educação mostram, por exemplo, que, enquanto os 20% mais ricos da população estudam em média 10,3 anos, os 20% mais pobres em média de 4,7 anos, com diferença superior a cinco anos e meio de estudo entre ricos e pobres. Os dados indicam que os avanços têm sido ínfimos. Por exemplo, a média de anos de estudo da população de 15 anos ou mais de idade se elevou apenas de 7,0 anos, em 2005, para 7,1 anos em 2006. Wegrzynowski, Ricardo. Ainda vítima das iniquidades. Disponível em: [http://desafios2.ipea.gov.br/003/00301009.jsp?ttCD\\_CHAVE=3962](http://desafios2.ipea.gov.br/003/00301009.jsp?ttCD_CHAVE=3962). Acesso em: 21 fev. 2011.
- 2 Informações sobre o Pisa estão disponíveis em: <http://www.unesco.org/new/en/unesco/>. Acesso em: 21 fev. 2011.
- 3 O relatório citado organiza os dados de 2006, e estão disponíveis em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001899/189923por.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2011.
- 4 A pesquisa mensal do IBGE só é realizada em algumas regiões metropolitanas. Não há uma base de dados disponível para aferir o salário médio nacional. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme\\_nova/pme\\_201012pubCompleta.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/pme_201012pubCompleta.pdf). Acesso em: 19 fev. 2011.
- 5 Uma pesquisa completa sobre os salários iniciais em todos os Estados está disponível em: <http://www.apec.org.br/extra/pesquisa.salarial.apec.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2011.
- 6 Disponível em: <http://www.adur-rj.org.br/5com/pop-up/unesco.htm>.

recebido em 13 abr. 2011 / aprovado em 23 jun. 2011

### Para referenciar este texto:

ARCARY, V. A desmoralização social da carreira docente. *Dialogia*, São Paulo, n. 13, p. 193-197, 2011.

---